

FUNÇÕES DA ESCRITA

Adrete Grenfell
(Letras - UFES)

Estudar a linguagem é enveredar por caminhos complexos, porque complexo é o sistema da linguagem. Intricado e variado. Dentro da variedade uma variável — a escrita. Decorrente dela, os questionamentos sobre ela. Escrever por quê? Para quê?

Primeiro, em ambiente natural, a criança aprende a falar, isto é, a fazer uso da língua na modalidade oral. Num segundo momento, na escola, de modo menos natural, alguns aprenderão a outra modalidade - a escrita.

À escola, portanto, enquanto detentora de um saber socialmente legítimo no sentido que lhe atribui Bourdieu (1970) cabe a transmissão dos conhecimentos fundamentais da leitura e da escritura, sendo este, de modo geral, o principal objetivo da língua materna: ensinar a ler e a escrever. Mas é a escrita, afinal, que se constitui no nó górdio do ensino da língua materna.

E, ademais, escrever por quê e para quê?

Gestos de todo o corpo ou de parte do corpo, o olhar e até mesmo o silêncio, como recursos de comunicação, precederam, no tempo, as atividades de falar e de escrever.

Posteriormente, elementos não verbais e linguagem articulada passaram a coexistir, cumprindo cada um o seu papel de comunicar idéias. Foi contudo o uso dos símbolos na linguagem articulada que marcou definitivamente a entrada do homem no universo das significações abstratas, garantindo-lhe conseqüente expansão da consciência. Em suas representações rupestres de dezessete mil anos atrás, o homem desenhava as silhuetas de animais fidedignamente, isto é, figurativamente, ao passo que, ao se referir a si próprio, o fazia de forma figurada: um retângulo ou um quadrilátero designavam o homem, o que indica o surgimento do simbólico como representação do real. De acordo com Leroi-Gourhan (1985) é um só o dispositivo cerebral que permite ao homem tanto a fabricação de utensílios como a produção de símbolos. Em decorrência disso, estariam indissociados o progresso técnico e o progresso dos símbolos da linguagem.

Além disso, foi neste ponto que se distinguiu o homem dos demais animais que o circundavam: ele foi capaz de uma linguagem articulada e de expressar a realidade, projetando-a simbolicamente.

Em tempos recuados, a linguagem oral, manifestação primária e fundamental da língua, serviu a propósitos sociais e religiosos, além de cumprir uma função primordial: a de preservação da memória coletiva. Foi contudo a escrita, surgida posteriormente, com uma função predominantemente utilitarista¹, que chamou para si a maior responsabilidade pela preservação dos conhecimentos, das sabedorias e das tradições étnicas dos povos, garantindo ao homem a transmissão de sua história à posteridade. Preservar a história e transmiti-la ao futuro é uma das funções da escrita.

Segundo Spengler (1953), o uso da escrita pelo homem significou uma transformação completa nas relações da consciência humana, pois escrever equivale a libertar a consciên-

cia da pressão que o presente exerce sobre ela. Já é lugar-comum dizer-se que o homem é a sua linguagem e que a sociedade só é possível como tal pela língua que a conforma, a qual por sua vez sofre as influências da sociedade que a utiliza.

É também por meio da língua que se pode retornar ao passado para reconstituí-lo e, metalingüisticamente, reconstruir os passos configuradores da escrita. Segundo a tradição chinesa, as primeiras marcas de rastros de animais sobre a neve ou sobre o solo foram os objetos das primeiras leituras. Tais marcas teriam sugerido o ato de escrever, o que não seria absolutamente definidor de uma cronologia para o surgimento da história da escrita, mas sim definidor da natureza desse surgimento. A se considerar como verdadeira essa hipótese, tem-se a constatação da independência do surgimento da escrita em relação à oralidade, isto é, a primeira não decorreria simplesmente da segunda, mas teria surgido de forma autônoma, a partir da capacidade visual e cognitiva dos primeiros homens de detectarem e mesmo de reconhecerem as diferentes marcas impressas no chão pelos animais.

Assim, mesmo em hipótese, mas, desde sempre, escrita e oralidade apresentaram-se independentemente.

Já no século XX, o padre J. Van Ginneken também defendeu a tese da precedência da escrita sobre a oralidade: teria o homem escrito antes de ter falado. Para Ginneken, os gestos foram a primeira linguagem, tendo sido os primeiros pictogramas a mera transcrição gráfica deles. A oralidade seria conquista posterior, surgida a partir dos cliques², que se fragmentariam depois em consoantes.

Embora Ginneken tenha sido contestado depois por Y. Férrier, em sua **Histoire de l'écriture**, e por outros autores que refutaram o caráter determinante dos gestos, estas especulações e outras anteriores servem para reforçar a negação da existência de relação de determinação entre as duas modalidades de expressão.

Mas, se é impossível o estabelecimento de uma rigorosa cronologia que demarque as gêneses históricas da escrita (ou da oralidade), é contudo possível dizer-se que o uso da escrita interativa tem sua origem entre os fenícios, tendo surgido para cumprir fundamentalmente uma função jurídica, isto é, a função de se registrarem contratos comerciais de compra e venda, o que, portanto, autoriza a asseverar que, desde o princípio, a escrita se vincula ao poder, porque utilizada como instrumento jurídico e de comércio nas relações comerciais. A escrita surge, portanto, das necessidades da economia pública e da administração. Além disso, o desenvolvimento da escrita ligou-se a sociedades fortemente hierarquizadas e fixas. Segundo Barthes e Marty (1982) os povos nômades jamais dispuseram da escrita, pois, por sua própria natureza, só são capazes de conceber o espaço como sendo aberto, e a escrita é uma forma de fechar espaços e sentidos.

A Mesopotâmia, então, um dos mais antigos centros de civilização fixa do planeta, conheceu o mais extraordinário desenvolvimento da escrita de que se tem notícia na Antigüidade. Ali, a cidade de Elba, por exemplo, tornou-se renomado centro de instrução de onde saíam para outras cidades escribas bilíngües, que passaram a ensinar a terceiros a arte da escrita. Nas bibliotecas de Elba guardavam-se livros feitos de tábuas de barro, contendo os mais variados temas: legislação social, sucessão real, listas de profissão, cálculo de salário de trabalhadores do palácio e até um dicionário bilíngüe.

Mas se a Fenícia foi o berço da escrita interativa e a Mesopotâmia, da difusão da cultura, o Egito, por sua vez, tem um papel crucial na exploração do saber da linguagem, exatamente

porque os primeiros processos de sistematização e de apropriação do saber oral e escrito por parte do poder constituído se deram neste país, também considerado berço da cultura e da educação dos povos do Oriente Próximo.

Documentos atestam a existência de uma escola ali erigida para o exercício do poder, além da existência de uma prática pedagógica, no seio das famílias das classes dominantes, voltada para a manutenção do *statu quo*. Em ambas as instituições — escola e família — ensinavam-se regras morais de comportamento que implicavam a subordinação, a obediência e o conformismo como condições de sustentação das estruturas sociais.

Nesse contexto, o aprimoramento do oral e a utilização da escrita têm como finalidade o exercício do poder ou os serviços a ele prestados. Faz-se a apologia e o exercício do bem falar, que deve, contudo, ficar circunscrito às classes dominantes, com a finalidade de aperfeiçoamento da arte política do comando. Ao mesmo tempo, critica-se e busca-se impedir a apropriação da arte da palavra ou arte política por outras classes sociais que não a detentora do poder, situação, aliás, que se reproduzirá sempre ao longo dos tempos, na história dos povos capitalistas até o advento das sociedades modernas, quando se sofisticarão as relações entre capital e trabalho, sofisticando-se, em consequência, a relação homem/apropriação da linguagem.³

Não é diferente também a questão da escrita no Egito: os textos escritos eram usados na educação dos jovens da classe dominante, que os aprendiam mnemonicamente, para depois recitá-los, como parte de sua formação intelectual. Tais textos, relatos da História e da administração civil, têm ainda aqui uma função utilitarista, embora desta vez classista: formar para o comando. Não se pode todavia precisar se a apreensão desses conteúdos por parte de governantes e de seus descendentes em alguns casos implicara a aprendizagem da arte de escrever; sabe-se, como norma geral, que isso não se deu. A arte da escrita ficou mesmo restrita ao trabalho dos escribas que, nesses primeiros tempos, eram meros copistas, isto é, meros registradores de mensagens.

Com o passar dos séculos, contudo, foram-se acumulando os registros das palavras proferidas pelos fundadores das dinastias, além dos demais registros relativos à história dos povos, o que acabou por conferir volume a esses saberes compilados, conferindo, em consequência, inegável poder aos escribas, que passam a detentores do *status* de sábios, no sentido de que lhes cabem a reprodução e a leitura das palavras dos governantes, antecessores, bem como as dos atuais. É a escrita novamente produzindo poder.

Segundo Spengler (1953), a escrita, nas mais diversas culturas, era privilégio da classe sacerdotal na qual se incluíam o poeta e o sábio. A nobreza, ao contrário, desprezava o ato de escrever, pois mandava que os outros escrevessem por ela.

Pode-se dizer, portanto, que a escrita, desde suas origens alcançáveis, ultrapassou sempre a mais óbvia de suas funções, para ser, ela própria, um instrumento de poder (ou do poder). Sob a aparente inocência do registro, o poder se instaura porque é em função dele que o registro se faz.

Para Osakabe (1985), a escrita é complemento da oralidade (não sendo, portanto, simples transposição desta), e tem como função precípua superar os limites de tempo e espaço, constituindo-se portanto como um instrumento de interlocução à distância, o que por si é capaz de suprir as limitações da oralidade.

Contudo, tal função, também, não se exercia de forma inocente ou neutra. Os processos

contemporâneos de apropriação da língua culta são, de certa forma, similares aos do passado, diferindo, hoje, apenas os usos que as diferentes camadas da sociedade fazem da língua. Osakabe lembra que a escrita se encontra, na atualidade, completamente marcada pelos usos que fazem dela as classes privilegiadas, uma vez que são essas as que se apropriam da língua escrita, desenhando-lhe a feição. É por esse motivo que coincidem código escrito e padrão lingüístico socialmente dominante.

Segundo Bourdieu (1983), nas sociedades modernas complexas, paralelamente a uma economia de trocas materiais, há uma economia das trocas simbólicas, em cujas transações se utilizam bens imateriais, isto é, simbólicos. Sendo a linguagem um bem simbólico, é no mercado lingüístico que lhe é atribuído um valor, de conformidade sobretudo com a posição e a importância daquele que a utiliza. Toda situação lingüística funciona como um mercado (semelhante a um mercado de bens materiais) no qual o bem a ser comercializado é simbólico, isto é, comercializa-se a palavra, o discurso, que é cotado sobretudo em função da posição que o indivíduo (ou grupo falante) ocupa na estrutura social.

Quando alguém fala, o que está sendo considerado é não somente o seu discurso, mas toda a sua pessoa social. Assim, a escrita, ao possibilitar a interlocução através do tempo e do espaço, o faz de determinada maneira, e, nesta, carrega consigo mais do que é dito: o valor social de quem diz se agrega ao dito e legitima o modo de dizer.

Daí a importância da linguagem, marcada por uma retórica particular capaz de dizer conteúdos, dizendo simultaneamente como eles são importantes e verdadeiros. A linguagem, legitimada pela sociedade que a utiliza, afina-se apenas com determinados conteúdos, exercendo certos efeitos de censura, tornando certos conteúdos difíceis ou impossíveis de serem ditos, privilegiando outros, socialmente aceitáveis, coincidentes com os gostos, com os valores e com o *modus vivendi* da classe dominante. Dessa forma, legitimando-se externamente os conteúdos, legitima-se também a forma de dizer: a gramaticalidade formal silencia, sob a noção da agramaticalidade, outras formas do dizer.

Segundo Gnerre (1977), diferentes saberes autorizam o desempenho de diferentes tarefas nas sociedades democráticas. Assim, saberes práticos orientam para resoluções de problemas domésticos (familiares), ao passo que saberes acadêmicos, letrados ou intelectuais orientam para resoluções de problemas de caráter público, isto é, são legitimadores das atitudes do poder. Nesse contexto, tem lugar especial a gramática normativa escrita em função de seu caráter dogmático. Citando Gramsci, Gnerre aponta para dois tipos de gramáticas constitutivas da realidade lingüística de uma nação. A primeira, representante do consenso espontâneo à norma lingüística dos grupos sociais hegemônicos, é uma gramática normativa não escrita, que, nas sociedades constituídas, funciona como um equilibrador hegemônico, capaz de criar consenso para o núcleo central do poder lingüístico.

A segunda, a gramática normativa escrita, representante da língua culta dominante, é também representativa da nacionalidade dos usuários, sendo imposta pelo estado através de suas instituições. Gnerre a associa aos estados de organização autoritária e centralizadora.

Como se vê, há, nas sociedades modernas, um processo de apropriação da escrita por parte das classes dominantes ou do poder constituído, similar àquele que se deu no Egito, no passado, em relação tanto à escrita quanto à oralidade. A diferença é que, tendo-se tornado mais complexas as relações entre o homem e a apropriação da riqueza material, tornaram-se também mais complexas as relações entre o homem e a apropriação da linguagem,

variando, na atualidade, o modo como se dão tais relações.

No passado, a escrita surge vinculada à economia e a conteúdos de importância econômico-social: contas a pagar, reconhecimentos de dívidas para com os deuses ou para com os homens, séries de dinastias, oráculos ou listas de sanções, ao passo que receitas de cozinha ou código de comportamento transmitiam-se oralmente. Liga-se, portanto, a determinados assuntos de prestígio ou econômicos. No presente, há um desdobramento nessa ordem, pois a escrita tornou-se, ela própria, capaz de produzir a excelência, isto é, produzir o padrão, o prestígio.

Basta lembrar Bourdieu, que diz ser a linguagem das classes privilegiadas — a linguagem legitimada — uma linguagem que, além daquilo que diz, diz constantemente que o diz bem. Ou Gnerre, que mostra a vinculação da normalização ao poder de estado.

Vivemos hoje em uma civilização grafocêntrica, o que, por si, é suficiente para garantir lugar privilegiado à escrita. Isso, pelo menos, nas sociedades ocidentais industrializadas, porque, em muitas das sociedades orientais, ainda hoje, a exemplo do passado, privilegia-se a oralidade como a melhor forma de transmissão de conhecimentos através de gerações. A Índia é um exemplo de sociedade que ainda hoje preserva a transmissão cultural por meio da oralidade, tal qual no passado. Ali se considera que uma pessoa só conhece bem aquilo que é capaz de memorizar. Saberes bastante complexos e profundos, como por exemplo, as relações psico-fisiológicas entre o homem e a natureza, são transmitidos de mestre a discípulos, ainda hoje, oralmente.

No ocidente, as práticas de transmissão oral de conhecimentos tiveram lugar apenas no passado. Hoje, imersos que vivemos no universo das palavras escritas, certamente o lugar da oralidade, enquanto transmissão cultural, se restringe, resistindo, contudo, nas canções, nas cantigas de desafios e de repentes, e impondo-se, soberana, no rádio e na televisão — a chamada oralidade mediaticizada. É sem dúvida esta uma civilização marcada pela linguagem, sobretudo a linguagem gráfica. Uma civilização de livros, de jornais, de revista, de anúncios publicitários, de legendas de filmes, de relatórios, de certidões, de atestados, de diplomas... Uma linguagem que não é só expressão, mas é, antes de tudo, ato, porque criadora de realidade. A lei é a palavra tornada inquestionável. Casamentos e outros contratos são reconhecidos como tais por meio da palavra escrita, sendo necessárias outras palavras escritas para desdizê-las. A palavra escrita, nesta perspectiva, é fundante do real, pois tem a função de fazer passar a existir oficialmente o que antes poderia ser sem existir.

Radicalizando esta perspectiva, numa sociedade letrada, outra função da escrita se constrói: a de nomear objetos ou acontecimentos, introduzindo-os na ordem social. A escrita dá aos fatos existência pública. Quando se nasce, recebe-se um nome. Mas não basta: é necessário o registro do nome. Os acontecimentos sociais são valorados à medida que noticiados. As teorias científicas ou os conhecimentos da humanidade, uma vez explicitados, são introduzidos na ordem social via publicação escrita.

Nesse universo gráfico de ilimitadas proporções um fato toma dimensões de gigante, sobretudo nos países de terceiro mundo: a questão da distribuição/apropriação deste saber social e culturalmente supervalorizado das sociedades letradas. Ler e escrever credenciam o indivíduo a melhores chances de sobrevivência. Mas, se a escrita liberta a consciência humana da pressão que o tempo exerce sobre ela, a apropriação da mesma no terceiro mundo pelas classes subalternas apenas reforça a relação de exploração/escravidão de uma classe em relação à outra. Osakabe (1985) lembra que se alfabetiza o indivíduo não para torná-lo cidadão, mas sim para que, lendo, compreenda instruções e obedeça a ordens,

tornando-se mais produtivo no trabalho. Lévi-Strauss (*apud* Gnerre 1973) diz que a escrita, embora não tenha sido suficiente para consolidar o conhecimento, foi contudo indispensável para fortalecer a dominação.

Gnerre (1978), fazendo uma crítica não ao modo, mas à propagação em si da escrita e da educação básica em todo o mundo, especialmente neste final de século de transformações tecnológicas, possíveis talvez de abalarem a escrita, ameaçando destituí-la de seu lugar privilegiado na sociedade, diz que a difusão da escrita e da educação básica, nas últimas décadas, funciona como uma "liquidação" de tecnologia obsoleta transferida a países do Terceiro Mundo, ao passo que os do Primeiro Mundo se beneficiam de tecnologias avançadíssimas, poderosas e eficientes — por isso mesmo capazes de condenar a escrita a obsolescência.

Nessa perspectiva, coincidiram o auge da utilização de avançadas tecnologias, o processo de desvalorização da escrita e, grande contradição, a culminância da reflexão sobre a escrita tradicional.

Porém Kato (1985) aponta outra função dos meios tecnológicos - realçados aí o rádio e a televisão: a de aproximar oralidade e escrita, uma vez que esses veículos mediatizadores utilizam uma linguagem dependente da língua escrita, o que leva à suposição de uma possível aproximação das duas, futuramente. Seria a chance da neutralização da diferença entre língua falada e escrita, o que poderia propiciar a todos o acesso à língua de prestígio e, conseqüentemente, à informação.

Aliás, esse ponto é apenas um na extensa reflexão de Kato sobre a polarização entre escrita e oralidade, suas diferenças formais e funcionais.

Tal reflexão tem início ao lembrar a tendência da lingüística moderna de privilegiar a oralidade, contrapondo-a à gramática tradicional que concebeu e elegeu a língua literária como modelo a ser seguido. Em virtude de tal concepção, até tempos recentes, somente a oralidade teria sido objeto de estudo da lingüística. Só recentemente a lingüística teria olhado a escrita como um objeto possível de reflexão lingüístico-científica. Naturalmente, não a escrita literária, mas sim a do cotidiano, o texto de modo geral. Encarregaram-se de tal tarefa a Lingüística Textual e a da Enunciação. Citando Coulmas, Kato diz que, embora tenha tido a intenção de privilegiar a oralidade num primeiro momento, a lingüística ocidental manteve um grande preconceito a favor da escrita e que a consciência lingüística de lingüistas e pedagogos é oriunda de sua experiência de leitura e de escrita, ao invés de se originar na oralidade.

O esforço social e histórico despendido na construção de sistemas de escrita teve como resultado um saber sobre a linguagem. Se as primeiras manifestações escritas tinham uma função mnemônica de registro de transações comerciais, essa função primeira se expande e a escrita permite o registro das práticas humanas, e portanto dos saberes que delas resultam, e, em função desses, a presença do jogo do poder, ao qual já se fez referência anteriormente.

A segunda função básica da escrita, complementar à oralidade, expande as possibilidades de interlocução: a interlocução à distância no tempo e no espaço abre as portas para um intercâmbio de saberes, de visões de mundo, de compreensões do homem

Atravessando essas duas grandes funções, entre si correlatas, e resultado da própria reflexão sobre a linguagem que a escrita demanda (e que, não por acaso, sempre se deu

sobre as formas da fala das elites), uma terceira função da escrita pode ser apontada: a de servir de *parâmetro de correção da linguagem*, quer em seus usos orais quer em seus usos gráficos. Como se escreveu no passado oferece parâmetros de como se deve escrever no presente; como se escreveu e se escreve hoje fornece os parâmetros de correções da fala (especialmente em seus registros formais). Dessa forma, escrita e oralidade distanciam-se em certos pontos, embora se aproximem em outros tantos. Não são, contudo, estas distâncias ou aproximações que importa salientar aqui, mas sim a aproximação poderosa da escrita, enquanto modelo para a oralidade, que constrói para a primeira uma função que não lhe é própria por natureza, mas que se lhe sobrepõe no jogo das relações sociais. Violência simbólica, nada sutil, silencia o não-letrado não só pelo seu não domínio da escrita, mas também pelo seu "mau" domínio da oralidade. É a norma, uma outra espécie de função jurídica.

É, dessa forma, que a escrita, tendo cumprido no passado uma função jurídica (ao surgir vinculada às necessidades econômicas e administrativas), passa, agora, a exercer outra função da mesma natureza: uma função jurídico-normativa, que se exerce sobre a própria língua, ditando a forma de se configurarem os textos.

E, então, escrever por quê? Para quê?

Escrever para reduzir espaços e distâncias. Escrever para contar a História, para registrar as experiências humanas acumuladas. Escrever para se revelar ou ir revelando o mundo, para se afirmar como sujeito nesse mundo. Escrever para entender os lugares sociais. Escrever para transformar.

Notas

- 1 Escreveu-se primeiro para se realizarem transações comerciais de compras e vendas.
- 2 Sons emitidos pelos bebês ao mamar; sons produzidos pela aspiração do ar (que são fonemas em hotente); o beijo; o barulho que se faz com a boca para tocar o burro; o ruído de chupar os dentes frontais com a língua para marcar desagrado.
- 3 Cf. p. ex., a questão do "mercado lingüístico" em Bourdieu, 1983, p.95-107.

BIBLIOGRAFIA

- BARTHES, Roland & MARTY, Eric. Oral/Escrito. In: **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Oficial - Casa da Moeda, 1987. Vol. XI, p.3-57.
- BARTHES, Roland & MAURIÉS, Patryck. Escrita. In: **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Oficial - Casa da Moeda, 1987. Vol. XI, p. 146-72
- BOURDIEU, Pierre. A economia das trocas lingüísticas. In: ORTIZ, Renato (org.). **Sociolingüística**. Tradução de Paula Monteiro e Alicia Auzmedi. São Paulo, 1983. p. 156-83 (Coleção Grandes Cientistas Sociais).
- . O mercado lingüístico. In: **Questões de Sociologia**. Tradução de Jeni Vaitsman. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 95-107.
- . O que falar quer dizer. In: **Questões de Sociologia**, Tradução de Jeni Vaitsman. Rio de Janeiro: Marco Zero., 1983. p. 75-88.
- BOURDIEU, Pierre & PASSERON, Jean Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 2 ed. Tradução de Reginaldo Bairão. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982 (Série Educação em Questão).
- DIAS, Emílio. **Incapacidade de expressão ou inadaptação a nossos padrões?** Campinas: UNICAMP/FE, 1978.
- GERALDI, João Wanderley. **Linguagem, interação e ensino**. Tese (Doutoramento em Ciências). Campinas: UNICAMP, 1990.
- GERALDI, João Wanderley et alii. **O texto na sala de aula: leitura & produção**. 2ª ed. Cascavel: Assoeste Editora Educativa, 1984.
- GNERRE, Maurizio. **Linguagem, escrita e poder**. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- GRENFELL, Adrete. **Vozes em contraponto: da redação escolar à emergência dos sujeitos na produção dos textos**. Tese (Mestrado em Língua Portuguesa). Belo Horizonte: UFMG, 1991.
- HAGÈGE, Claude. **O homem dialógico**. Tradução de Isabel St. Aubyn. Lisboa: Edições 70, 1985. (Coleção Signos).
- KATO, Mary. **No mundo da escrita: uma perspectiva psicolingüística**. São Paulo: Ática, 1985. (Série Fundamentos).
- KATZENSTEIN, Úrsula E. **A origem do livro: da idade da pedra ao advento da impressão tipográfica no ocidente**. São Paulo: Hucitec/Feira Nacional do Livro, 1986.
- LEAL, Leiva de Figueiredo Viana. **A escrita aprisionada: uma análise da produção de textos na escola**. Dissertação (Mestrado em Educação). Belo Horizonte: FAE/UFMG, 1991.
- LEROI-GOURHAN, André. **O gesto e a palavra. 1- técnica e linguagem**. Tradução de Vitor Gonçalves. Lisboa: Edições 70, 1985. (Série Perspectivas do Homem).
- MANACORDA, Mário Alighiero. Sociedade e educação no Antigo Egito. In: **História da Educação: da antiguidade aos nossos dias**. 2ª ed. Tradução de Galtano Le Monaco. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989. p. 9-40. (Coleção Educação Contemporânea).
- MARTINET, André. O oral e o escrito. In: MARTINET, Jeane (coord.). **Da teoria lingüística ao ensino da língua**. Rio de Janeiro: Ao livro Técnico, 1979. p. 32-42.
- . Língua falada e código escrito. In: MARTINET, Jeane (coord.). **Da teoria lingüística ao ensino da língua**. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1979. p. 43-8.
- OSAKABE, Akira. Considerações em torno do acesso ao mundo da escrita. In: Zilberman, Regina (org.). **Leitura em crise na escola: as alternativas do professor**. 9ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985. (Série Novas Perspectivas).
- PONTES, Eunice. O "Continuum" língua oral e língua escrita: por uma nova concepção do ensino. In: **Trabalhos em Lingüística aplicada**. Campinas: UNICAMP/IEL, 1989. p. 101-107.
- SOARES, Magda. **Linguagem e escola - uma perspectiva social**. São Paulo: Ática, 1985. (Série Fundamentos).
- ZUMTHOR, Paul. Permanência da voz. In: **O Correio da UNESCO**, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas/UNESCO, 1985. p. 4-8.